

DISCUTINDO O CAPITALISMO IMPERIALISTA COLONIAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DE BRASIL E FRANÇA NESTA FASE DO COLONIALISMO

Felipe Antonio Honorato¹

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio de 2022. Eje temático: 17. Regionalismos y Análisis de Política Exterior.

Resumo: As Revoluções Industriais e o fim das Guerras Napoleônicas, travadas não só dentro da Europa, conduziram o capitalismo a um processo de expansão durante o século XIX: as evoluções tecnológicas e a “estabilização” do continente europeu levaram, dentre outras coisas, a um aumento exponencial da capacidade produtiva e de circulação, tanto de mercadorias, como de pessoas e informações, no centro do capitalismo, além da formação de um mercado de câmbio internacional. Os países da Europa ocidental, bem como Japão e Estados Unidos, demandavam novas fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores. A resposta elaborada por essas nações a estas questões foi o desdobramento do colonialismo: fenômeno iniciado no século XVI, o colonialismo entra, a partir do século XIX, em uma nova fase - a ocupação, exploração e espoliação de África e do sudeste asiático. Esta nova faceta do colonialismo recebe o nome de colonialismo imperialista ou capitalismo imperialista colonial. O objetivo deste trabalho é, fazendo uso da revisão bibliográfica como metodologia, promover uma breve discussão conceitual sobre o capitalismo imperialista colonial e demonstrar quais foram os papéis ocupados por Brasil e França nesta fase do colonialismo.

Palavras-chave: Capitalismo imperialista colonial; Brasil; França; colonialismo imperialista.

¹Doutorando em mudança social e participação política e mestre em estudos culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). É pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM / EACH-USP).

1. Introdução

Em 2020 publiquei, na revista *Afro & Amazônicos*, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), um artigo intitulado “Intersecções entre colonialismo e o histórico migratório congolês: o caso do Estado Livre do Congo” (HONORATO, 2020). O trabalho discute os desdobramentos migratórios das escolhas da administração colonial no Estado Livre do Congo, nome recebido pela atual República Democrática do Congo entre 1885 e 1908, quando foi um território de propriedade particular de Leopoldo II, então soberano belga. Uma das seções que compõem este artigo é dedicada a uma revisão de literatura sobre o colonialismo, trazendo definições sobre suas duas principais fases - o colonialismo mercantil e o capitalismo imperialista colonial -, bem como dos dois grandes sistemas de exploração colonial que se fizeram vigentes durante o capitalismo imperialista colonial - o *indirect rule* inglês e o *direct rule* francês.

“Discutindo o capitalismo imperialista colonial: uma contextualização de Brasil e França nesta fase do colonialismo” é um desdobramento da referida seção presente em “Intersecções entre colonialismo e o histórico migratório congolês: o caso do Estado Livre do Congo”, contando com aportes teóricos provenientes de quatro experiências específicas: minha participação, juntamente com Ivaldo Marciano de França Lima, professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Rodrigo de Castro Rezende, docente da Universidade Federal Fluminense, na mesa “Teoria, historiografia e metodologia da história da África”, promovida pelo canal do Youtube “Sociedade em rede: o presente como história”, coordenado por Alfredo Matta; cursar, durante o segundo semestre de 2021, a disciplina “Tópicos especiais em história das ciências nos impérios marítimos XVI-XIX”, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), ministrada por Daniel Dutra Coelho Braga e Iris Kantor, onde tive maior contato com a formação e práticas coloniais francesas; escrever uma resenha para a revista *Africa Today*, da Universidade de Indiana, sobre o livro “Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements from the 1960s to the Present”, que está em processo de editoração e será publicada em breve; e o desenvolvimento de minha tese de doutorado, sob orientação da professora Valéria Barbosa de Magalhães no Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo.

O objetivo deste trabalho é, fazendo uso da revisão bibliográfica como metodologia, promover uma breve discussão conceitual sobre o capitalismo imperialista colonial e demonstrar quais foram os papéis ocupados por Brasil e França nesta fase do colonialismo.

2. O capitalismo imperialista colonial.

Ruy Moreira, discorrendo sobre o nascimento da geografia, traz que:

“As décadas finais do século XIX marcam a passagem do capitalismo à sua fase superior: o imperialismo. E o nascimento do imperialismo traduzir-se-á, no plano da política internacional, como uma intensa luta entre as potências imperialistas pela divisão dos continentes em zonas de influência. Dessa forma, a entrada do capitalismo em nova fase trará profundas transformações geográficas, no plano da realidade e, conseqüentemente, no plano do saber” (MOREIRA, 2009, p. 05)

Segundo Milani (2011, p. 10), “O período que se estende entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial de 1914 é o do Capitalismo Monopolista e o da expansão imperial”. Lênin apresenta cinco características principais deste período:

“em primeiro lugar, o processo de concentração de capital e de produção (as empresas capitalistas tornaram-se cada vez maiores em dimensão, número de trabalhadores e produção) levou as mesmas a um processo de fusões, incorporações e constituições de monopólios (como os trustes norte-americanos e os cartéis prussianos); essa indústria centralizada e monopolizada fundiu-se ao capital bancário, fazendo nascer a oligarquia financeira e o domínio do capital financeiro sobre o industrial; dessa forma a exportação de capitais adquire prevalência em relação à exportação de mercadorias; e constituem-se as associações internacionais entre os capitais monopolistas, repartindo economicamente o mundo entre si; temos que, por último, a partilha territorial do mundo se dá entre as potências hegemônicas do capitalismo” (MILANI, 2011, p. 64)

Os países do centro do capitalismo passam, entre os séculos XVIII e XIX, pelas Revoluções Industriais. Fenômeno descrito por Celso Furtado (1966, p. 04) como “rápido e inusitado crescimento das forças produtivas”, serviu como alicerce para que a civilização europeia se tornasse a primeira civilização de âmbito mundial (FURTADO, 1966). A ciência experimental, criada no próprio continente europeu na primeira metade do XVII, serviu como base para que uma grande quantidade de evoluções técnicas e tecnológicas fossem atingidas (FURTADO, 1966), levando ao “inusitado crescimento das forças produtivas” que, por sua vez, impulsionou o capitalismo (MILANI, 2011): neste período foi inventado, dentre outras coisas, o cimento Portland, a dinamite, o telégrafo e o barco a vapor (MILANI, 2011).

As potências europeias, assim como os Estados Unidos da América e o Império Japonês, se viram na necessidade buscar novos mercados consumidores e novas fontes de matérias primas: agora se produzia mais, em menos tempo e se tinha uma capacidade maior

de escoamento da produção. A solução encontrada fora, então, a ocupação, exploração e espoliação de África e do sudeste asiático:

“Manter os povos não industrializados distantes da lógica da economia-mundo era perder uma fonte inesgotável de matéria-prima e trabalhadores braçais baratos. Mais do que isso, era excluir do consumo de excedentes e supérfluos, grande parte da população mundial” (MILANI, 2011, p. 35)

Foi preciso mudar aquela relação equitativa, no campo diplomático, e estritamente comercial, que havia com África e com o sudeste asiático até então. Ruy Moreira, novamente, apresenta um fundamento que ilumina como se deu tal processo:

“A escalada imperialista não poderia ser mais bem organizada. Assim como o capital introduzira a ciência nos processos produtivos, na produção industrial em particular, incorpora-a agora também institucionalmente aos seus projetos de espoliação territorial em escala mundial” (MOREIRA, 2009, p. 06-07)

Se durante o período do capitalismo mercantil as justificativas para ocupação, exploração e espoliação de terras estrangeiras, e escravização de povos não brancos eram de ordem religiosa, agora, nesta nova fase do colonialismo, que abrange os séculos XIX e XX e recebe o nome de capitalismo imperialista colonial, segundo nomenclatura da africanista brasileira Leila Leite Hernandez (BARBOSA, 2014), a ciência assume o papel da religião: primeiro, foi a geografia, através das sociedades geográficas, que de 1870 a 1920 viveram uma fase

“definida por um intuito de incorporar os conhecimentos acumulados e articulá-los num formato de tratamento metódico e analítico de cunho predominantemente de conquista, a partir de quando as atividades das Sociedades e os interesses de dominação imperialistas se encontram [...]” (MOREIRA, 2009, p. 07)

As sociedades geográficas, já nas últimas décadas do século XIX, entram em declínio: a geografia perdeu seu espaço dentro da logística colonial; isto por razão do ganho de prestígio científico da biologia, da etnografia e da antropologia, que passaram a fornecer, às grandes potências estrangeiras, teorias evolucionistas, de superioridade racial e cultural que justificavam seus “propósitos filantrópicos” de invadir terras estrangeiras e dominar populações autóctones para levar até eles “a civilização” (MOREIRA, 2009).

Se o período de expansão do capitalismo imperialista colonial se deu do fim do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial, seu auge ocorre justamente entre o fim do primeiro conflito mundial e a Segunda Guerra Mundial.

2.1. O processo de roedura e o mito da partilha de África.

Durante o século XIX, a presença europeia ocidental em África, que se restringia até então a pequenas provisões costeiras, com exceção da colônia portuguesa de Luanda, caso já explicado anteriormente, foi, paulatinamente, se espalhando pelo interior do continente. Tal processo, “no qual regiões africanas foram progressivamente colocadas sob o controle direto ou indireto de alguma nação europeia” (MARIANO, 2022), se acelerou a partir da década de 1880 (MARIANO, 2022) e foi denominado, por Joseph Ki-zerbo, como processo de roedura (SOCIEDADE EM REDE: O PRESENTE COMO HISTÓRIA, 2021).

A roedura do continente africano foi impulsionada (i) pela expansão do capitalismo e o consequente crescimento do interesse dos europeus pela África, (ii) por uma série de invenções materializadas durante as revoluções industriais - explicada a parte mais a frente - e (iii) pelo descobrimento do potencial de navegação da bacia do Rio Congo por parte do ocidente. A África Central, região banhada justamente pela bacia do Rio Congo, e adjacências (atuais República de Ruanda e República do Burundi, que formaram o território colonial de Ruanda-Urundi) foi onde o interesse de potências europeias já estabelecidas e o interesse de potências europeias emergentes, que tiveram um processo de unificação (Itália e Alemanha) ou independência mais tardios (Bélgica) e, por isso, ficaram para trás no advento colonial, tendo de ocupar os espaços que, por falta de interesse ou por dificuldades naturais, haviam sido deixados de lado, colidiram com maior força.

Não configura um exagero afirmar que a entrada da Bélgica no advento colonial foi fruto do esforço de uma única pessoa: obter um território ultramarino era uma vontade e uma convicção pessoal de Leopoldo II, rei que assumiu a nação europeia em 1865. Por volta de 1870, quando o mandatário iniciou seus esforços para concretizar seu projeto pessoal, é possível dizer que a Bélgica não possuía vocação colonial: o país não contava com uma marinha; tinha uma lógica econômica voltada para o continente europeu e baseada na mineração e na siderurgia (WESSELING, 2008); pairava, sob o imaginário nacional, as más lembranças de uma aventura colonial fracassada, ocorrida nos territórios correspondentes a atual Guatemala por volta da década de 1840 (HONORATO, 2019); o espírito econômico liberal era um consenso dentro do país, corrente de pensamento que, naquele momento

histórico, questionava a legitimidade da obtenção de colônias como algo lucrativo (VANTHEMSCHE, 2014); além de tudo isso, como país constituído a partir dos interesses da Inglaterra e da Prússia para servir de tampão geográfico (MILANI, 2011), a Bélgica foi, desde sua fundação, submetida a uma neutralidade diplomática forçada (VANTHEMSCHE, 2014).

Para driblar todas estas dificuldades que o separavam de seu objetivo, Leopoldo II adotou a seguinte estratégia: fundou a Associação Internacional Africana (AIA), como fruto da Conferência Geográfica de Bruxelas, realizada em 1876. A associação, que oficialmente tinha fins filantrópicos, contava com Leopoldo como seu presidente. A serviço da AIA, que mudou seu nome para Associação Internacional do Congo (AIC) em 1883, Henry Morton Stanley, explorador anglo-estadunidense que descobriu que o Rio Congo e seus afluentes eram quase que inteiramente navegáveis, fechou uma série de acordos com líderes locais no território da atual República Democrática do Congo (entre 400 e 500 acordos), delimitando assim, as dimensões da futura colônia do rei belga (WESSELING, 2008).

Do outro lado do Rio Congo, Savorgnan de Brazza fazia o mesmo trabalho. Brazza havia nascido na Itália. Simpatizante do mar, encontrou na Marinha francesa refúgio, uma vez que nascera numa Itália ainda não unificada e sua família era amiga de Ferdinand de Lesseps, que foi chefe da Marinha da França (WESSELING, 2008). Na Marinha francesa, apesar do crescente sentimento de carinho que alimentava pelo país que adotara, Brazza nunca foi aceito como um francês, o que atrapalhou sua progressão na carreira (WESSELING, 2008). Mesmo assim, em 1879, o ainda jovem oficial da partiu em uma expedição à África, que só havia conseguido por influência direta do amigo francês de sua família e para a qual recebera um subsídio muito menor do que o necessário para cumprir com sua missão: sua família acabou sendo a maior financiadora de uma viagem que mudou a trajetória do capitalismo imperialista colonial francês em África (WESSELING, 2008). Percebendo os movimentos de Leopoldo II, Brazza, um entusiasta da “responsabilidade europeia em civilizar a África”, assim como Stanley o era, pediu autorização para fazer algo a respeito – não conseguiu (WESSELING, 2008).

Lesseps então interferiu, conseguindo com que o ítalo-francês fosse enviado ao Gabão para estabelecer dois postos de hospedagem e científicos (WESSELING, 2008). Ao invés disto, o jovem oficial começou a firmar acordos, com lideranças locais, para concessão de suas terras e cessão de direitos de hereditariedade à pátria francesa em troca de proteção: o primeiro destes acordos fora firmado em 10 de setembro de 1880 (o acordo Brazza-Makoko) (WESSELING, 2008). Brazza fechou uma série de acordos, delimitando o território que hoje

corresponde a República do Congo – a capital, Brazzaville, recebe este nome em sua homenagem.

Estes esforços, tanto do lado belga, quanto do lado francês, causaram um choque diplomático, não só entre os dois países, mas também entre eles, Inglaterra e Portugal. Os portugueses, vendo o avanço de Stanley, como primeiros europeus a terem pisado na região, ainda no fim do século XV, com o explorador Diogo Cão, contestaram seu direito original à terra (WESSELING, 2008); os ingleses ficaram temerosos, em primeiro lugar, quanto ao impacto que aquelas ocupações poderiam causar ao livre trânsito na bacia do Rio Congo, e, em segundo lugar, de que o território caísse em mãos francesas, seus grandes rivais na disputa pela hegemonia mundial. Para resolver este imbróglio e consolidar oficialmente as fronteiras determinadas no longo processo de roedura foi convocada a Conferência de Berlim, que aconteceu de novembro de 1884 a fevereiro de 1885.

Segundo Aline Barbosa Pereira Mariano (2022):

“Alemanha e França, de forma conjunta, decidiram previamente quais seriam os três pontos que iriam nortear os debates em Berlim: a liberdade de comércio na bacia e no estuário do rio Congo; a liberdade de navegação nos rios Congo e Níger; e as formalidades que deveriam ser cumpridas para que novas ocupações na costa da África fossem consideradas efetivas”

Ao fim da conferência, ficou decidido que as bacias dos rios Congo e Níger seriam de livre navegação, e que, para novas possessões ou protetorados, era obrigatório o envio, por parte do pleiteante, de notificação aos demais países signatários da ata, para viabilizar possíveis reivindicações (MARIANO, 2022). Leopoldo II, da Bélgica, teve seu território colonial reconhecido depois de garantir a exigência de livre navegação no rio Congo e seus afluentes e ceder, à França, o *droit de préférence* sobre o território ultramarino do mandatário belga – caso a aventura colonial não desse certo, a França teria direito à posse do Congo (HONORATO, 2019).

Apesar de ter ficado conhecida como “partilha da África”, a Conferência de Berlim, como dito acima, apenas oficializou as fronteiras delimitadas pelo processo de roedura, sendo o Estado Livre do Congo, território colonial pessoal de Leopoldo II, o único novo país de fato criado no evento diplomático.

2.2. A centralidade do racismo para expansão do capitalismo

Achille Mbembe em sua obra “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte” trabalha com o conceito foucaultiano de biopoder. Segundo este conceito, a humanidade seria dividida em quem pode viver e quem deve morrer; a base para determinar quem tem direito a viver e quem morre seria, então, biológica: a subdivisão da espécie humana em grupos de acordo com certas características biológicas, o que seria justamente o que se entende por racismo (MBEMBE, 2018).

Para o teórico camaronês, mais do que classe, raça foi presença constante, tanto no pensamento, quanto nas práticas políticas ocidentais, “especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles” (MBEMBE, 2018, p. 18). Ele afirma que, para Foucault:

“o direito soberano de matar (*droit de glaive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade” (MBEMBE, 2018, p. 19)

A Alemanha nazista é, até hoje, o grande exemplo de um Estado exercendo o direito de matar (MBEMBE, 2018): “A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança [...]” (MBEMBE, 2018, p. 19 - 20). As premissas materiais da Solução Final nazista estão no imperialismo colonial e na “serialização de mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte - mecanismos desenvolvidos entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial” (MBEMBE, 2018, p. 21).

Não seria coincidência as premissas para o Holocausto serem encontradas no imperialismo colonial e nem as técnicas “industriais” de extermínio em massa utilizadas na Alemanha contra os judeus terem sido desenvolvidas justamente no período de consolidação (processo de reodura) desta fase do colonialismo:

“Segundo Arendt, existe uma ligação entre o nacional-socialismo e o imperialismo tradicional. A conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” aos povos “civilizados” da Europa” (MBEMBE, 2018, p. 32)

Mahmood Mamdani, outro pesquisador africano, traz ideias que vão ao encontro do defendido por Mbembe: para ele, a Alemanha desenvolveu sua tecnologia genocidária em contextos do capitalismo imperialista colonial - antes de perpetrar o Holocausto, o país se

envolveu no genocídio armênio, ocorrido no antigo Império Turco-otomano, e também em matanças em massa na atual Namíbia, que foi seu território colonial (MAMDANI, 2002). Muitos dos funcionários responsáveis por estas matanças em contextos coloniais, posteriormente, assumiram cargos de responsabilidade dentro da administração do Reich. O uso destas técnicas não foi exclusividade alemã: campos de concentração, por exemplo, foram utilizados pelo governo de Mussolini na Líbia (LANO, 2019), enquanto que a administração de Leopoldo II sobre sua então colônia pessoal, o Estado Livre do Congo (1885 - 1908), promoveu um genocídio de congoleses numericamente superior ao Holocausto (HONORATO; JÚNIOR, 2020).

A premissa para aplicação do biopoder por parte dos europeus ocidentais sobre os povos não brancos de África e do sudeste asiático foi fornecida por Linnaeus, em sua taxonomia desenvolvida no século XVIII - ele inclusive acreditava que havia identificado uma solução científica para o problema político da balança comercial deficitária, referindo-se às trocas que europeus precisavam fazer para obter produtos tropicais, encaradas como desvantajosas (KOERNER, 1996).

Em 1735, Linnaeus publicou “O Sistema da Natureza”, onde introduziu um sistema classificatório da flora a partir de suas partes reprodutivas, usando como língua corrente o latim. Assim, segundo Pratt (1999), —todas as plantas da Terra “[...] poderiam ser inseridas neste simples sistema de distinções, incluindo aquelas ainda desconhecidas pelos europeus”. Muitos discípulos de Lineu apareceram, viajando pelos quatro cantos do mundo a fim de catalogarem as mais diferentes espécies de plantas (PRATT, 1999).

Ao mesmo tempo que a criação do sueco, de forma benéfica, trouxe uma popularização da ciência (PRATT, 1999) e contribuiu para o desenvolvimento da botânica (KOERNER, 1996), originou também outros dois resultados, muitas vezes, vistos de forma controversa: em primeiro lugar, o sistema classificatório tem um caráter totalizador, pois, sem que esta fosse a intenção do cientista, homogeneizou todas as plantas, lhes atribuindo uma nomenclatura comum, apagando, desta forma, toda uma contextualização que elas tinham tanto na sociedade, quanto no ecossistema nos quais estavam inseridas, bem como forneceu, ao europeu ocidental, o controle da informação, e, conseqüentemente, da retórica sobre ela (PRATT, 1999); em segundo lugar, permitiu que o interesse privado se aproximasse do sueco e seus seguidores, uma vez que Lineu e seus discípulos, para viajarem a terras longínquas a catalogar plantas, pegavam “carona” em navios de grandes companhias comerciais e também usavam a estrutura das mesmas – a Companhia Sueca da Índia Oriental se destacou neste quesito (PRATT, 1999).

Linnaeus, então, avançou na criação de um sistema classificatório para os animais, onde identificou o Homo Sapiens, que, posteriormente, foi subclassificado em outras seis categorias. Assim era a classificação do europeu: claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis, delicado, perspicaz, inventivo; coberto por vestes justas; governado por leis (PRATT, 1999). Já o africano, era descrito da seguinte forma: negro, fleumático, relaxado; cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente; unta-se com gordura; governado pelo capricho (PRATT, 1999). Este sistema classificatório serviu como base para o que se chamou de “mito da superioridade europeia” (PRATT, 1999).

Koerner (1999), identificando cruzamentos entre o pós-vida de Linnaeus e a “pré-história” do imperialismo, indica que a “contribuição” do sueco para a formatação desta fase do colonialismo poderia ter ido além: um de seus estudantes, ao partir para Serra Leoa em 1792, foi instruído a procurar terras passíveis de serem postas sob domínio sueco.

Discutir a centralidade do racismo para expansão do capitalismo entre os séculos XIX e XX e que teve como resultado a formação do capitalismo imperialista, passa também por falar dos resultados da economia escravagista para os países da Europa Ocidental: foi o processo de acumulação, propiciado tanto pela exploração e espoliação das colônias, que em muito dependeu da mão de obra negra escravizada, quanto dos lucros gerados pelo tráfico de escravizados, que acabou por financiar tal expansão (SOCIEDADE EM REDE: O PRESENTE COMO HISTÓRIA, 2021).

2.3. A importância de algumas invenções das Revoluções Industriais para o processo de expansão do capitalismo e consolidação do capitalismo imperialista colonial.

Gonçalves (2016) indica que, para a expansão do capitalismo imperialista colonial, a invenção da metralhadora e do quinino tiveram centralidade. O quinino reduziu à razão de ¼ as mortes por malária, permitindo o avanço europeu sob o interior do continente africano. A importância da metralhadora, Godfrey N. Uzoigwe explica:

“Antes de mais nada, nos termos da Convenção de Bruxelas (1890), as potências imperiais tinham se comprometido a não vender armas aos africanos, o que significa que estes dispunham de equipamentos militares obsoletos e muitas vezes fora de uso – principalmente, espingardas de pederneira e de carregar pela boca – e não possuíam artilharia pesada nem forças navais. Em contraposição, os exércitos europeus dispunham de armas modernas: artilharia pesada, carabinas de repetição e sobretudo

metralhadoras Gatling e Maxim, além de contarem com a artilharia pesada das forças navais” (UZOIGWE, 2010, p.45)

Ainda que, em certo momento, a metralhadora tivesse atingido protagonismo, Albert Hourani (2021) destaca que, de forma geral, as Guerras Napoleônicas, anteriores às metralhadoras, haviam provado a inovação e superioridade europeia perante a África e a Ásia em organização e uso dos exércitos. O historiador islâmico al-Jabari, referindo-se a ocupação do Egito por uma força expedicionária francesa, em 1798, conta que:

“Quando chegou aos chefes mamelucos no Cairo a notícia do desembarque francês em Alexandria, [...], eles não acharam nada demais: “Confiança em sua força, e na alegação de que, mesmo que viessem todos os francos, não poderiam resistir-lhes, e seriam esmagados sob os cascos de seus cavalos”. Isso foi seguido por derrota, pânico e tentativas de revolta” (HOURANI, 2021, p. 350-351)

Além disto, os Estados europeus possuíam exércitos profissionais, treinados, e, eventualmente, podiam dispor de mercenários e recrutas provenientes de África o que, ao menos do lado africano, não acontecia (UZOIGWE, 2010).

A evolução causada nos transportes pelas duas revoluções industriais também teve caráter central para o desenvolvimento do capitalismo imperialista colonial, segundo destaca Hourani (2021). A criação de coisas como o motor a vapor e a combustão fez com que o transporte terrestre deixasse de ser “lento e arriscado”, para se tornar “rápido e digno de confiança”, além de diminuir a proporção dos valores gastos com logística no preço final dos produtos e permitir o escoamento de grandes volumes (HOURANI, 2021, p. 352). Esses mesmos transportes propiciaram uma circulação eficiente de pessoas e informações, permitindo a criação de um mercado de câmbio internacional (HOURANI, 2021). No caso específico da África Central, descobriu-se que o rio Congo e seus afluentes eram quase que inteiramente navegáveis e, assim, o transporte fluvial feito com barcos a vapor teve papel essencial dentro da logística da exploração colonial de Leopoldo II no Estado Livre do Congo, uma vez que a densa cobertura florestal que toma boa parte do país afastou, por muito tempo, o avanço de interesses europeus no território (HONORATO, 2020).

3. A França dentro do capitalismo imperialista colonial: um dos grandes protagonistas.

De 1792 a 1815, o ímpeto expansionista francês ditou muito dos desenvolvimentos territoriais, econômicos, políticos e comerciais da Europa. Os conflitos entre o país (tanto no

período da revolução, quanto no governo de Napoleão) e as demais potências européias levaram o continente a uma grande instabilidade (HOURANI, 2021).

A expansão do capitalismo, que deu origem ao capitalismo imperialista colonial, só foi possível com o fim das Guerras Napoleônicas e a estabilização europeia: com o término delas, “mercadores e bens podiam se mover livremente” (HOURANI, 2021, p. 352), aproveitando das inovações tecnológicas relacionadas aos meios de transporte resultantes das Revoluções Industriais; o fim dos conflitos permitiu, também, “o poder e a influência europeia espalharem-se ainda mais” (HOURANI, 2021, p. 352), pavimentando o caminho para que a civilização europeia se tornasse de âmbito mundial, como explicado anteriormente.

A França, no século XVI, não possui política colonial (FERRO, 2017). O país começa a formar seu império no século XVII, com pequenas provisões e colônias de exploração (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). De início, o país ocupou áreas periféricas nas Américas - Quebec, Louisiana, Índias Ocidentais e Guiana -, costa da África e Oceano Índico - Ilhas Maurício e Reunião (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). O grande interesse, no entanto, é pela Ásia (FERRO, 2017): em 1644 são fundadas a Companhia Francesa das Índias Orientais e a Companhia Francesa das Índias Ocidentais (FERRO, 2017). A França, porém, enfrentará grande concorrência de holandeses e ingleses na região, o que tornará o projeto de colonizar áreas ali, ao menos neste momento, inviável (FERRO, 2017).

Já no século XVIII, muito por causa da produção de açúcar de São Domingo (atual Haiti) (McCLELLAN III; REGOURD, 2001)- a “pérola das Antilhas” (FERRO, 2017) - a França passa a rivalizar com a Inglaterra como maior potência colonial e mundial (McCLELLAN III; REGOURD, 2001). Durante o capitalismo imperialista colonial foram justamente estes dois países europeus que conformaram os dois sistemas de exploração colonial que se tornaram referência para o estudo do fenômeno do colonialismo neste período histórico.

Os ingleses sistematizaram o que se chama de *indirect rule*, ou, em tradução livre, mandato indireto. Era um sistema de ocupação, exploração e espoliação colonial altamente descentralizado, que se sustentava em cima de três pilares:

“a Native Authority (que geria os assuntos “costumeiro” dos nativos), a Native Treasury (encarregada de gerir as finanças da administração local), e a Native Court (encarregada dos assuntos jurídicos das comunidades nativas)” (MABEKO-TALI, 2013, p. 747-748)

O sistema de exploração colonial que caracterizou o colonialismo francês neste mesmo período, de certa forma, representa uma antítese do *indirect rule* britânico, até mesmo no nome: *direct rule*, ou mandato direto, novamente, em tradução livre. Assim o mandato direto se caracterizava:

“o administrador territorial, ou governador, constituía um autêntico déspota: ele era o topo de um poder vertical, centralizado, que dirigia com uma mão férrea o território colonial sob sua jurisdição” (MABEKO-TALI, 2013, p. 748)

Tal caracterização, todavia, não significa, de modo algum, que o colonialismo francês não recorria, em nenhuma circunstância, ao poder de autoridades tradicionais – sim, isso aconteceu em algumas regiões administradas pela França, mas:

“ao contrário do modelo britânico, a autoridade conferida aos chefes “tradicionais” de tais microentidades era mais simbólica do que efetiva. Na prática, porém, essa autoridade acabava colocando esses chefes num beco sem saída. (MABEKO-TALI, 2013, p. 748)

4. O Brasil dentro do capitalismo imperialista colonial

4.1. Posição diplomática: a posição do país frente a África.

Durante a fase imperialista do colonialismo, as relações entre a nação sul-americana e o continente africano eram inexistentes, pois a área estava sob o monopólio colonial (SEIBERT; VISENTINI, 2019). Em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a posição brasileira pelo menos até o governo de Ernesto Geisel (1974 - 1979) era de apoio às potências coloniais, pois o país dependia economicamente da França, do Reino Unido e do Estados Unidos, e também mantinha relações estreitas com Portugal, que detinha uma comunidade imigrante muito influente no Brasil, e com a África do Sul do Apartheid, durante anos o maior parceiro africano do Brasil (SEIBERT; VISENTINI, 2019). Em todo esse lapso de tempo, a única exceção ocorreu durante os mandatos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 - 1964) como presidente, quando colocaram em prática a chamada Política Externa Independente (PEI): ao invés do auto alinhamento com os EUA e seus aliados, comum nos tempos da Guerra Fria, a política externa brasileira passou a ser conduzida pelos próprios interesses do país (SEIBERT; VISENTINI, 2019).

Após o golpe militar de 1964, a primeira década das Forças Armadas à frente do governo brasileiro foi marcada por uma volta ao auto alinhamento, encarado como ferramenta para evitar a “ameaça comunista” (SEIBERT; VISENTINI, 2019). Durante as crises energéticas da década de 1970, o Brasil passava pelo Milagre econômico, um período de rápido e grande crescimento econômico durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Ernesto Geisel decidiu então modificar a posição brasileira com relação a África, vendo o continente como importante para garantir o abastecimento de petróleo do país (SEIBERT; VISENTINI, 2019). É neste momento que o país passa a apoiar, na esfera internacional, as independências políticas em África.

4.2. Migração de massa de europeus para as Américas: a influência de teorias científicas racistas e políticas de embranquecimento.

Na virada do século XIX para o XX, algumas ideologias excludentes, frutos diretos do espírito colonial, se difundiram pela América Latina. No Brasil, elas serviram para aprofundar ainda mais as desigualdades raciais no país. A ideia de embranquecimento defendia que as populações não brancas e a mestiçagem seriam a causa do atraso econômico e social brasileiro. Por isso, para algumas elites nacionais, no início do século XX, o incentivo à vinda de imigrantes europeus ao Brasil não seria apenas uma questão econômica e social, mas um projeto de modernização do país (HASENBALG, 2005): à medida que porção branca da população se sobrepusesse a porção negra, indígena e mestiça, a nação iria ascender aos níveis europeus ocidentais de desenvolvimento. As diferentes regiões brasileiras, com suas distintas dinâmicas econômicas, se inseriram de formas diferentes na economia pós-escravista; assim, São Paulo, unidade da federação que entre o fim do século XIX e início do século XX se consolidou como grande centro econômico e político brasileiro por causa da cultura cafeeira, atraiu a maior parte dos imigrantes brancos europeus que chegaram ao país, trazidos inicialmente para justamente substituir a mão de obra negra escravizada nas lavouras de café.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o Brasil recebeu um grande fluxo de imigrantes: entre 1877 e 1903, o país recebeu cerca de 71 mil imigrantes por ano; entre 1904 e 1930, esse número aumentou para 79 mil anualmente (WERMUTH, 2020). Essas grandes ondas de imigração, majoritariamente de portugueses e italianos (WERMUTH, 2020), e que atingiram a cidade de São Paulo de forma mais intensa, terminaram com o fim da Segunda Guerra Mundial.

5. Considerações finais.

Terceira fase do colonialismo (após o colonialismo mercantil e o processo de exploração da Oceania), o capitalismo imperialista colonial transcorreu entre os séculos XIX e XX, tendo como principais áreas de exploração África e o sudeste asiático. Neste período, a vastidão do império colonial francês será tão grande que a França formatará um dos sistemas de exploração colonial usados como referência para se estudar este momento histórico: o mandato direto. O Brasil não foi possuidor de nenhum domínio colonial, mas suas elites irão absorver as ideias científicas de cunho racista, utilizadas para justificar o colonialismo imperial, culpando negros e mestiços pelas condições social e econômica do país e promovendo a imigração massiva de europeus brancos para o Brasil. A nação sul-americana, por causa de sua dependência econômica das potências ocidentais e de uma influente comunidade portuguesa, tomou, majoritariamente, decisões que apoiaram o colonialismo em organismos internacionais.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Muryatan Santana. Entrevista – Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez: “Leila L. M. Hernandez: uma vida com África”. **Sankofa**, São Paulo, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 140-151, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 6 jan. 2021.

FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

GONÇALVES, Rosana Andréa. **Sociedades africanas frente à situação colonial europeia: o Estado Independente do Congo (1876-1908)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

HONORATO, Felipe Antonio. **Caracterizando o imaginário belga acerca da imigração congoleza**: uma análise a partir do jornal Le Soir. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Universidade de São Paulo. 2019.

HONORATO, Felipe Antonio. Intersecções entre colonialismo e o histórico migratório congolês: o caso do Estado Livre do Congo. **Afros & Amazônicos**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 118-126, 2020. Disponível em: < <https://www.periodicos.unir.br/index.php/afroseamazonicos/article/view/6244/3888> >. Acesso em: 12 out. 2021.

HONORATO, Felipe Antonio; JÚNIOR, Paulo Cesar de Abreu Paiva. Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica. **África(s)**, Vol. 7, n. 13, p. 244-258, ago. 2020. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br> >. Acesso em: 20 out. 2020.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

KOERNER, Lisbet. Purposes of Linnaean travel. In: MILLER, David Philip ; REILL, Peter Hans (Ed.). **Visions of empire: voyages, botany, and representations of nature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p . 117-152.

LANO, Angela. **O radicalismo islâmico e as agendas geopolíticas ocidentais: alianças e conflitos no caso da Líbia, da revolta contra Gaddafi aos dias atuais**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 29, n. 51, p. 745-770, Dez. 2013.

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

MARIANO, Aline Pereira Barbosa. **Conferência de Berlim e o mito da partilha da África.**

Disponível em: <

<https://cienciahoje.org.br/artigo/conferencia-de-berlim-e-o-mito-da-partilha-da-africa/?fbclid=IwAR1izpt1nIxAx1RSroRu7AbxtUM3GjHHIw3o5ZQ1CNmN2XUu4gyaiVjA2xQ> >.

Acesso em: 14 fev. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

McCLELLAN III, James; REGOURD, François. The Colonial Machine: French Science and Colonization in the Ancien Régime. **Osiris**, v. 15 (Nature and Empire: Science and the colonial Enterprise), University of Chicago Press, p. 31-50, 2001.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: imperialismo, a roedura geopolítica (1885-1908).** Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** 2. ed. 2009. Disponível em: <https://dakirlarara.files.wordpress.com> . Acesso em: 18 abr. 2020.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.

SEIBERT, Gerhard; VISENTINI, Paulo Fagundes (eds.). **Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements from the 1960s to the Present.** Rochester: Boydell & Brewer, 2019.

SOCIEDADE EM REDE: O PRESENTE COMO HISTÓRIA. **Teoria, historiografia e metodologia da História da África.** Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=gF3J6rTjtIU> >. Acesso em: 14 fev. 2022.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010.

VANTHEMSCHE, Guy. The Belgian Colonial Empire (1885/1908-1960). In: GEHLER, Michael, et. al. (org). **Imperien und Reiche in der Weltgeschichte: Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche (Teil 2)**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 11(4), p. 2330-2358, 2020.

WESSELING, Henk. **Dividir para Dominar: a partilha da África, 1880 - 1914**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.